

Assembléia aprova plebiscito para abril de 1993

AS13615

A Assembléia Legislativa aprovou ontem, no final da tarde, o projeto de decreto legislativo que autoriza a Justiça Eleitoral a realizar plebiscito nos municípios da Grande Vitória, visando a criação da Região Metropolitana de Vitória. A matéria foi aprovada pela unanimidade dos 20 parlamentares presentes à sessão extraordinária e recebeu uma emenda, que acabou com o impasse, alterando a data de realização da consulta popular de 3 de outubro para 21 de abril do próximo ano. Presente à sessão, a Federação dos Movimentos Populares do Estado (Famopes) não gostou do adiamento do plebiscito, criticando os deputados que promoveram as sucessivas obstruções da votação.

A emenda transferindo o plebiscito para o dia 21 de abril, quando acontecerá em todo o país a consulta popular para definir a forma e o sistema de Governo, foi apresentada em conjunto pelos deputados José Carlos Gratz (PFL), Cabo Camata (PSDB) e Luciano Cortêz (PRN). Conforme justificam, a alteração foi proposta para possibilitar uma ampla discussão sobre a Região Metropolitana de Vitória junto à população dos municípios a serem envolvidos. O deputado Gilson Gomes (PTB) ainda tentou apresentar uma emenda propondo a realização do plebiscito no dia 15 de novembro próximo, mas foi voto vencido na Comissão de Justiça.

Esforço

A votação de decreto legislativo foi iniciada a partir das 17 horas mas desde o início da sessão ordinária, às 14 horas, estava ameaçada de ser novamente adiada em

função do baixo comparecimento dos deputados em plenário. Na hipótese de a sessão ordinária ser suspensa por falta de quorum, a Mesa-Diretora estaria impossibilitada de convocar uma sessão extraordinária para discutir exclusivamente a Região Metropolitana, adiando essa discussão para a próxima terça-feira. Um grupo de deputados, no entanto, permitiu a manutenção da sessão utilizando os horários destinados aos oradores e às lideranças partidárias, viabilizando, assim, a votação na sessão extraordinária.

O autor do projeto original, que previa o plebiscito em 3 de outubro próximo, deputado Ulisses Anders (PSDB), considerou válida a alteração da data, observando que assim acabaria o impasse na Assembléia Legislativa, onde um grupo de parlamentares do interior rejeitava a proposta de se realizar a curto prazo o plebiscito. O deputado José Carlos Gratz argumentava que a população desconhece o significado da criação da Região Metropolitana. "Agora, com o adiamento da data, o Governo do Estado e as cinco prefeituras da Grande Vitória podem promover campanhas de conscientização junto à população".

O presidente da Famopes, Paulo Mattedi, criticou os deputados que obstruíram a votação do projeto, em discussão na Assembléia desde o final de agosto. Na sua opinião, as inviabilidades de a Justiça Eleitoral realizar a consulta junto com as eleições municipais de outubro foi em função do atraso promovido pelos parlamentares. "Se eles tivessem votado logo daria para discutir o assunto com a população e também possibilitar que o TRE disciplinasse o plebiscito", disse.